

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: *Gerar oportunidades que assegurem direitos*



Beto Cury

Uma das boas novidades que o Governo do Presidente Lula trouxe neste primeiro mandato foi a mudança de paradigmas no trato com as juventudes. Estabeleceu-se no último período a compreensão de que a juventude é um segmento social que exige políticas públicas específicas. O jovem deve ser visto como sujeito detentor de direitos e ator estratégico para qualquer projeto de desenvolvimento do País. Começamos, dessa forma, a resgatar uma dívida histórica do Estado Brasileiro para com a sua juventude, que até recentemente era entendida apenas como fase de transição entre a adolescência e a vida adulta.

Do ponto de vista das políticas públicas, a juventude somente era pensada até os 18 anos, em razão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A partir daí os jovens eram inseridos no grupo dos adultos, que teriam assegurados, em tese, direitos universais, como à saúde e à educação. Não havia a compreensão de que a juventude é um público heterogêneo, com particularidades e demandas específicas.

A partir dessa reflexão, podemos afirmar que o Governo Lula avançou. Avançou na reorientação das políticas, criando a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República como órgão específico para tratar do tema, responsável pela articulação dos ministérios na implementação de programas destinados a essa faixa etária. Avançou na constituição do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) como espaço singular, envolvendo o poder público e a sociedade civil para debater a temática juvenil.

O Governo Lula avançou também na implementação de programas visando responder aos desafios de uma Política Nacional que enfrente os problemas, gere oportunidades e assegure os direitos dos jovens. Programas como o PROJOVEM, que trata, de forma integrada e criativa, temas como a educação, a formação pro-

fissional e a cidadania. O PROJOVEM está hoje implementado em todas as capitais do País, com quase 140 mil beneficiados, e se expande para cidades de regiões metropolitanas. No mesmo rumo vai o PROUNI, que representa o maior programa de bolsas de estudo da história do ensino superior no Brasil. Contando com mais de 200 mil bolsistas em todo o país, o PROUNI assegura vagas em universidades para jovens oriundos das classes populares. É importante destacar ainda programas inovadores como o Nossa Primeira Terra e o PRONAF Jovem, que asseguram crédito não apenas para o pai, chefe da família, mas também para que os jovens possam investir ou adquirir suas terras. Há ainda programas de qualificação profissional como os Consórcios Sociais da Juventude, o Juventude Cidadã ou o Soldado Cidadão, todos eles preocupados em garantir melhores possibilidades para os jovens disputarem o concorrido mercado de trabalho.

Poderíamos citar outras iniciativas, como os Pontos de Cultura, o Segundo Tempo, o Agente Jovem ou o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei que institui o Fundo da Educação Básica (FUNDEB), cuja grande novidade é o estabelecimento de recursos para financiar a educação infantil e o ensino médio. Hoje podemos dizer, sem medo de errar, que são centenas de milhares de jovens em todo o país beneficiários de algum programa ou ação desenvolvidos pelo Governo Federal. Todos eles, geradores de oportunidades que são, demonstram inequivocamente o compromisso do governo com essa geração de milhões de brasileiros.

Também nesse aspecto foi fundamental a reeleição do Presidente Lula, pois se neste primeiro mandato cumprimos etapas importantes, sabemos que a trajetória é longa para consolidarmos uma Política Nacional de Juventude. É preciso que agora, com mais 4 anos de mandato do Presi-

dente, possamos avançar ainda mais nesse tema. É urgente uma maior integração entre os diversos programas, assegurando portas de entrada e saída entre uns e outros e possibilitando assim maior eficácia, mais jovens sendo beneficiados e, conseqüentemente, uma política mais articulada.

Considero essencial a aprovação, pelo Congresso, do Plano Nacional de Juventude, marco legal que irá estabelecer metas a serem alcançadas no próximo período, que permitam assegurar à juventude mais acesso à educação, ao trabalho, ao lazer e ao tempo livre. E, finalmente, considero que qualquer política pública que se pretenda democrática, inclusiva e garantidora de direitos não deve prescindir da participação cidadã, que faça a reflexão crítica, avalie, monitore e aponte rumos. Essa participação deve se dar para além do Conjuve, com a implementação de Conferências de Juventude coordenadas pelo poder público, realizadas periodicamente nas 3 esferas da federação (municipal, estadual e federal) com ampla participação da sociedade civil. Que esse processo possa refletir sobre os programas desenvolvidos, sobre a evolução das metas estabelecidas no PNJ (Plano Nacional de Juventude) e que contribua também para multiplicar conselhos e secretarias municipais e estaduais de juventude, constituindo uma rede aos moldes da existente em torno do tema da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, creio que estaremos dando passos decisivos para assegurar que a temática juvenil adquira a dimensão de Política de Estado, perene e não sujeita à sazonalidade das mudanças de governo. Respondendo, portanto, a um desafio contemporâneo, qual seja o da construção de uma democracia republicana no Brasil. **■**

* **BETO CURY** é Secretário Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República